

TRAGÉDIA NA PLATAFORMA

TRÊS SÃO DENUNCIADOS ALARME FOI DESLIGADO ANTES DE EXPLOÇÃO

MPF pede até 30 anos de cadeia para envolvidos no acidente

✎ **BEATRIZ SEIXAS**
bseixas@redgazeta.com.br

✎ **MIKAELLA CAMPOS**
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Enquanto o vazamento enchia o navio-plataforma Cidade de São Mateus de um gás inflamável, o alarme soava apresentando o tamanho do problema. Mas o “grito” do sistema não foi apenas ignorado, como desligado, não dando chances para os 74 tripulantes se protegerem da tragédia anunciada. Em denúncia entregue ontem à Justiça, o Ministério Público Federal pede que três estrangeiros, apontados como responsáveis pelo desastre e por outros inúmeros erros, sejam condenados a até 30 anos de cadeia.

O acidente, o maior desastre no setor de petróleo e gás no Espírito Santo, foi em 11 de fevereiro de 2015, nos campos de Camarupim e Camarupim Norte, no litoral de Aracruz, na embarcação da norueguesa BW Offshore, que estava afretada para a Petrobras. Nove pessoas morreram e 26 ficaram feridas.

Os filipinos Ray Alcaren de Garcia (gerente da plataforma), Bernard Verga-

ra Viñas (operador de marinha) e o russo Litvinov Vadim são acusados de homicídio doloso por nove vezes e por 25 lesões corporais, sendo uma grave. Se a denúncia for aceita, eles vão a júri popular.

O procurador da República em Linhares, Guilherme Virgílio, explica que os três se envolveram numa sucessão de práticas irregulares para reparar a plataforma, sem analisar os riscos.

Após alguns dias realizando a transferência do óleo condensado de um tanque para o outro, o russo detectou, em 11 de fevereiro, queda de eficiência na tarefa. Ele, sem comunicar ao gerente do navio, deu ordens a Bernard para insistir na operação, com objetivo de acelerar o processo de esvaziamento do recipiente. Essas atividades estavam previstas para ocorrer em duas semanas, quando iria chegar um outro navio para fazer o descarregamento. O subordinado Bernard alertou que a ação era perigosa e incompatível, mas Vadim ignorou a recomendação, o que resultou no vazamento de gás.

DENÚNCIA

▼ Acusados

Os filipinos Ray Alcaren de Gracia, gerente da plataforma, e Bernard Vergara Viñas, operador de marinha; e o russo Litvinov Vadim, superintendente de marinha, são acusados de homicídio doloso (assumiram o risco de causar a explosão) por nove vezes; uma lesão corporal grave; e por outras 24 lesões corporais. Eles podem pegar até 30 anos de prisão. A denúncia será ainda analisada pela Justiça.

▼ Perdão

O Ministério Público Federal pede, ainda, o perdão de Bernard Vergara Viñas por considerar que ele tentou dissuadir seu superior, mas sem sucesso e, assim, teve que executar o que foi ordenado.

O gerente do navio, Ray, que havia acabado de embarcar, começou a se informar das operações em curso e formou uma equipe para verificar o vazamento. Mesmo com a constatação do incidente, o gestor desligou os alarmes e não determinou a

evacuação da plataforma como estabelecem as normas de segurança.

Ele deu ordens para que um grupo de funcionários não capacitados para atuar em espaços confinados – reparasse uma peça, instalada inadequadamente, no local do vazamento. Em função desse equipamento fora dos padrões, chamado flange, que foi utilizado pela BW, continuam as investigações. Segundo Virgílio, não foram colhidas informações para identificar o responsável pela irregularidade. A suspeita é de que o superintendente de manutenção, um polonês, tenha feito a mudança um ano antes. Em dezembro passado, a Polícia Federal chegou a indiciá-lo, mas o Ministério Público alega que não existem provas seguras de que o polonês foi quem conduziu a troca das peças.

O procurador-chefe do MPF no Estado, Julio de Castilhos, espera que a punição sirva de alento para sociedade e para os familiares das vítimas. Ele ainda citou que o processo penal quebra paradig-

ma, ao se recordar de apenas dois casos semelhantes em que os responsáveis foram incriminados.

PERDÃO

Apontado como um dos coautores do acidente ao executar ordens arriscadas, Bernard pode não ser condenado. Ainda que o tenha denunciado, o Ministério Público pede à Justiça que conceda ao filipino o perdão. Segundo apurações, além de ter contestado o risco dos procedimentos, ao contrário dos demais gestores, ele foi à casa de bombas na tentativa de impedir o acidente e acabou gravemente ferido. Testemunhas relataram que Bernard foi arremessado a mais de quatro metros de altura e que ele presenciou companheiros de trabalho sendo jogados ou queimados durante a explosão. “Parece bastante evidente que as consequências dos delitos foram suficientemente graves para sancionar Bernard, o que tornaria excessiva a aplicação de sanções criminais em seu desfavor”, diz a denúncia.

País vai atrás dos estrangeiros

✎ Com os responsáveis pelo acidente fora do país, a Justiça brasileira pode ter dificuldades para condenar os acusados e de obrigá-los a cumprir pena.

A Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal iniciou um trabalho para identificar onde estão os denunciados para pedir a extradição caso eles sejam condenados, algo incomum.

A volta dos suspeitos para o Brasil vai depender se a legislação em seus países de origem permite a entrega de acusados a outras nações.

Outra possibilidade, segundo o MPF, será solicitar que eles sejam penalizados nos locais onde moram, cumprindo de forma integral a sentença a ser aplicada pela Justiça brasileira.





DIVULGAÇÃO/RELATÓRIO DA ANP

Petrobras e BW terão que adaptar plataformas

Projeto Ouro Negro quer mudar regras e vai propor um TAC para as companhias

« A série de procedimentos ilegais cometida no navio-plataforma será usada como exemplo para que a Petrobras e a BW mudem a forma de trabalho no Brasil. O Ministério Público do Trabalho, no Rio de Janeiro, que investiga o acidente, vai propor nos próximos dias às duas companhias a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

O acordo, em construção a partir de relatórios de inspeção feitos por diversos órgãos federais integrantes do

projeto Ouro Negro, prevê que empresas adaptem os procedimentos em todas as plataformas sob risco de serem multadas pelo não cumprimento das normas e de ainda pagarem indenização pelo dano moral coletivo.

Os inquéritos instaurados pelo MPT, conduzidos pelo procurador Rodrigo Carelli, responsabilizam as duas empresas pela morte dos trabalhadores, ainda analisam a contratação de estrangeiros e apura uma possível relação precária de terceirização de mão de obra.

Caso as empresas não aceitem a assinatura do TAC, a Procuradoria do Trabalho vai propor uma ação civil pública solicitando a Justiça para que obrigue a Petrobras e a BW a se adequarem.

blica solicitando a Justiça para que obrigue a Petrobras e a BW a se adequarem.

NOVAS LEIS

Após o acidente, o projeto Ouro Negro – do MPT do Rio com Ministério do Trabalho, Agência Nacional do Petróleo, Ibama e Vigilância Sanitária – fiscalizou ao menos cinco plataformas, além do navio acidentado, e constatou riscos à segurança de mais trabalhadores que atuam embarcados e ainda situações de assédio moral.

Diante do drama vivido no navio Cidade de São Mateus, a força-tarefa quer um conjunto de novas regras que deverá ser cumprido



Explosão em navio-plataforma deixou a casa de bombas destruída

por todas as companhias do setor de óleo e gás. Uma das mudanças previstas pela procuradora do Trabalho e gerente do projeto, Júnia Bonfante Raymundo, é a redefinição de espaço confinado, incluindo a casa de bom-

bas dentro desse conceito.

“Temos que usar esse acidente como ensinamento, para mudar a indústria do petróleo. A tragédia tem diversas causas que se entrelaçam, sendo mais complexa do que a mera fagulha

que causou a explosão”, disse Júnia em entrevista ao jornal, em fevereiro. A gestão de segurança, uma das principais falhas da BW no Cidade de São Mateus, também foi constatada em outras plataformas do grupo.

O QUE ELES DIZEM



“As investigações continuam e mais pessoas podem ser denunciadas à Justiça pelas mortes na explosão”

GUILHERME VIRGÍLIO
PROCURADOR DO MPF



“Estamos em plena cooperação com outros países. O que depender do Ministério Público será feito”

JULIO DE CASTILHOS
PROCURADOR-CHEFE DO MPF NO ESTADO

Multas da ANP vão sair no fim de junho

« As multas e as punições às empresas envolvidas no acidente com o FPSO Cidade de São Mateus – Petrobras e BW Offshore – serão divulgadas até o final de junho pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Desde que ocorreu a tragédia, em 11 de fevereiro do ano passado, o órgão vem levantando informações e apurando responsabilidades. Foram abertos dois processos administrativos sobre o caso.

O primeiro, para a in-

vestigação do acidente, foi concluído com a publicação do relatório, divulgado em dezembro de 2015. O material apontou 28 falhas de procedimentos e segurança operacional que aconteceram antes da explosão do navio e que foram decisivos para a gravidade do acidente.

Já o segundo processo administrativo está em curso para apurar as pena-

lidades e calcular as multas, que, embora não tenham sido adiantadas pela agência, deverão ser milionárias.

“A partir de cada fator causal do acidente identificado pela investigação será feito o enquadramento das infrações dentro do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) da ANP”, informou a agência por nota.

Navio passa por reparos em Singapura

« Depois de ficar um ano sem atividades, o navio-plataforma Cidade de São Mateus deixou, em fevereiro último, o litoral capixaba. Atualmente, a embarcação está em Singapura, no estaleiro Keppel, passando por reparos.

De acordo com relatório financeiro da BW Offshore - companhia dona do navio - do primeiro trimestre de 2016, após deixar os campos de Camarupim e Camarupim Norte, o FPSO acidentado foi rebocado para Karimun, na Indonésia, para retirada de água e limpeza do tanque. Em seguida, foi levado para o estaleiro



DIVULGAÇÃO/KEPPEL

Estaleiro Keppel: local onde navio passa por reparos

Keppel, onde estão sendo realizadas as atividades de reparação.

A companhia norueguesa admite no docu-

mento financeiro que “a duração do período de reparação ainda é incerta” e informa que perdas do seguro contratado não serão

recebidas após este mês. Apesar de a BW não falar de prazos para a conclusão dos consertos, a operação da unidade não acontecerá nos próximos dois anos.

A ANP confirmou ontem que a produção em Camarupim e Camarupim Norte está interrompida até o início de 2018. O contrato de afretamento da unidade com a Petrobras é válido de 2009 até 2018, mas, no momento, está suspenso.

Procurada para dar mais informações sobre o navio plataforma, a BW Offshore não retornou à demanda da reportagem até o fechamento desta edição.

Petrobras e BW não se pronunciam

« Procuradas na tarde de ontem para se manifestarem sobre a denúncia do Ministério Público Federal, a Petrobras e a BW Offshore não deram retorno à reportagem até o fechamento desta edição. Além de um posicionamento, A GAZETA pediu outras informa-

ções ligadas ao acidente e à plataforma Cidade de São Mateus, mas também não teve nenhuma resposta. Nenhum representante da Petrobras foi denunciado pelo MPF, mas existem outras investigações em andamento que podem responsabilizar a estatal.